

**Condições sociohabitacionais na RMSP recente:
novos desafios à clivagem centro-periferia**

Carolina Requena (DCP/USP e CEM)

Trabalho preparado para apresentação no *III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP*, de 22 a 26 de abril de 2013

RESUMO Persiste na literatura sobre as condições sociais metropolitanas paulistanas, assim como no senso comum, o entendimento de que a oposição centro-periferia é a única expressão de clivagem (“ricos–pobres”, “presença–ausência de políticas”) na região. Inspirado por autores que evidenciaram a presença de heterogeneidades em ambos estes “polos”, o presente artigo tipifica diferentes grupos sociohabitacionais na metrópole ao fim da década mais recente, utilizando dados dos Censos 2000 e 2010 para o universo da população da RMSP. O comportamento destes grupos é exemplar da superposição de subdinâmicas (à macro dinâmica centro-periferia): “leste-oeste”, “classes médias e seus satélites” e “super-ricos em entornos pobres”, por exemplo. Tais subdinâmicas indicam a expansão de pontos de micro-segregação, em contraposição à tradicional macro-segregação paulistana, e persistem mesmo diante de melhorias importantes ocorridas na década, como os aumentos na proporção de alfabetizados e de domicílios ligados à rede de esgotos.

Introdução

A análise dos dados coletados pelo Censo IBGE 2010 para o universo da Região Metropolitana de São Paulo revela melhoras, em relação a 2000, em características importantes tanto dos habitantes (aumento de alfabetizados), quanto das habitações (expansão da ligação de domicílios à rede de esgotos). No entanto, as melhoras nas médias destes e de outros aspectos da população e das moradias não alcançam da mesma forma ou em igual intensidade diferentes grupos populacionais, localizados em distintas áreas da metrópole. As desigualdades sociohabitacionais paulistanas já conhecidas pela literatura e sentidas na vida cotidiana persistem, mas não somente na clivagem centro-periferia, como o presente artigo pretende demonstrar.

Se por um lado seria equivocado, nesta demonstração, ignorar a macro-oposição centro-periferia, constituída desde os anos 1940, por outro lado é imperativo analisar a variedade de grupos com características sociohabitacionais bem demarcadas em cada um dos dois universos (centro e periferia) e também em pontos de encontro e imbricação. Isso porque a literatura dá conta de heterogeneidades tanto entre os grupos mais pobres – caso da “periferia consolidada” e da “fronteira urbana”, em Torres (2005) –, quanto entre os habitantes no topo das condições socioeconômicas paulistanas – os ricos que vivem em regiões só de ricos, mais centrais, e os instalados em “enclaves fortificados” em áreas originalmente de populações pobres a sudoeste da capital e noroeste da metrópole (Caldeira, 2000).

Abordar nesses termos o contexto socio-habitacional-espacial paulistano ao final da primeira década do século XXI é dar continuidade ao trabalho dos pesquisadores citados e de outros, preocupados com as (más) consequências do tratamento homogêneo conferido a grupos heterogêneos tanto por cientistas sociais (Caldeira, 2000) quanto por gestores de políticas públicas (Marques e Torres, 2005).

Os dados censitários mais recentes demonstram que já não vigora a correlação inequívoca entre riqueza e presença serviços, e entre pobreza e ausência de serviços, predominante anteriormente à intervenção mais sistemática do Estado nas periferias paulistanas quando da redemocratização do país. Por outro lado, também é inequívoco que um quinto da população ainda experimenta, no ano de 2010, a superposição pobreza e pior condição habitacional. Em linhas gerais, a macro-configuração da metrópole em dois universos (um melhor e outro pior) persiste, e não é o objetivo do presente trabalho discutir as razões para isso¹.

O intuito é observar as heterogeneidades sociohabitacionais superpostas a este padrão geral, ou oferecer uma atualização empírica do quadro de heterogeneidades até o ano de 2010. A disponibilidade dos dados para o universo da RMSP tanto em 2000 quanto em 2010 e de técnicas de agregação presentes em sistemas de informação geográfica (SIG) garantem riqueza de detalhes a este trabalho de atualização².

¹ Uma resenha completa sobre disputas – teóricas e políticas – em torno dos fenômenos e conceitos de segregação sociohabitacional e pobreza urbana encontra-se em Marques (2005a, pp.19-30).

² Os dados reunidos nos distintos setores censitários 2000 e 2010 foram agregados em idênticas 633 sub-regiões, correspondentes ao desenho das 633 áreas de ponderação estabelecidas pelo IBGE para

O artigo conta com três seções, além desta introdução e de considerações finais com um balanço da análise e recomendações de desdobramentos futuros. A seção I dedica-se a resgatar brevemente os legados sociohabitacionais da região. A seção seguinte explora a comparação direta dos indicadores presentes em 2010 com os de 2000, identificando melhoras superpostas a um persistente quadro geral de desigualdades. Com as desigualdades em mente, a terceira seção identifica e compara grupos presentes ao fim da década de 1990, e faz o mesmo para a década de 2000. Por fim, diante dos dois retratos da metrópole, tece considerações sobre a evolução do quadro sociohabitacional paulistano até o ano 2010.

I. Legados sociohabitacionais paulistanos

Em uma rica e concisa reconstituição em seu livro “Cidade de Muros”, Teresa Caldeira distingue duas formas da segregação social paulistana até 1970 e intui a existência de uma terceira forma (e não fase³) nas décadas de 80 e 90 (2000, pp.211-255). Para o presente artigo, importa retomar as narrativas desta autora sobre as formas 2 (1940-1970), quando toma corpo e se consolida a oposição centro-periferia, e 3, em que aparece a micro-segregação centrada nos chamados “enclaves fortificados”.

A primeira forma de segregação social na cidade de São Paulo (fim do século XIX aos anos 1940) não apartava geograficamente as populações; a diferenciação se fazia por meio do tipo de habitação (Caldeira, 2000:211). Foi a partir da década de 1940 que a periferia se expandiu, como local de instalação de trabalhadores migrados especialmente do Nordeste em loteamentos em áreas distantes do centro da cidade. Estes loteamentos foram abertos por agentes privados, que muitas vezes exerceram a dupla função de empresários do novo e mais flexível meio de transporte da cidade, os

o Censo 2010. Esta forma de agregação garante a comparabilidade direta entre os dados das duas medições, além de possibilitar visão e análise mais matizadas dos fenômenos do que a agregação por distritos municipais de SP + municípios da RM. Foram utilizadas as bases cartográficas do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

³ As formas 2 e 3 de segregação coexistem, tendo a forma 3 (enclaves fortificados) se superposto à forma 2 (macro-segregação centro-periferia) e não a substituído.

ônibus. Os serviços infraestruturais desta periferia geográfica – e também social – que se abria ficaram igualmente a cargo destes agentes e conservaram-se precários até pelo menos a década de 1970 (vindo a ser gradativamente atualizados pelo Estado a partir da redemocratização, em decorrência da pressão de movimentos organizados de moradores das periferias). Na década de 1960, as classes médias, até então antipáticas à noção de habitar apartamentos, começaram a ser atraídas a esse tipo de moradia por meio da oferta de financiamentos do SFH (Sistema Financeiro Habitacional), produto do Banco Nacional de Habitação (BNH) introduzido pelo regime militar. A época foi também de introdução de novas leis de restrições construtivas, que encareceram o produto apartamento. A conjunção do custo alto e da interdição de financiamentos às camadas pobres tornou a moradia em prédios de apartamentos (centrais) da cidade exclusiva de classes médias e ricas. Dessa forma, os pobres seguiram recorrendo à autoconstrução em terrenos de baixo valor em áreas remotas. O quadro sociohabitacional da metrópole ao fim da década de 1970 era, portanto, o da macro-segregação centro-periferia (Caldeira, 2000).

Na transição para a década de 1980 iniciou-se um novo tipo de segregação sociohabitacional, emergida de uma combinação de fenômenos, segundo Caldeira: a) alteração sem precedentes na demografia (menor fecundidade e processo emigratório, com conseqüente arrefecimento da taxa de crescimento populacional); b) reconfiguração econômica da região (de indústria para setor terciário); c) aumento do crime violento e associada exacerbação de preconceitos de classe; e d) migração de moradores ricos para áreas afastadas do centro, sob influência de um novo produto chamado “condomínio fechado”, com unidades maiores, áreas verdes e esquemas profissionais de segurança privada. Tais condomínios demandavam amplas áreas, indisponíveis nas terras adensadas do centro, e foi nessa época que a fronteira rica paulistana avançou a sudoeste do município, capitaneada pelo bairro do Morumbi (e também a noroeste da metrópole, em condomínios como Tamboré e Alphaville). Este processo foi concomitante à expansão de favelas, devido à dificuldade de populações pobres (ainda mais empobrecidas pela crise econômica de 1980) de se manterem nas periferias agora mais estruturadas e portanto mais caras.

Assim, a forma 2 de segregação nos ajuda a entender os grupos ricos que vivem até hoje em áreas quase exclusivamente de apartamentos em regiões centrais da

cidade com excelentes coberturas de serviços (água e esgoto em rede, e coleta de lixo), e também a preferência ainda vigente das classes médias por apartamentos. Além disso, revela as bases da presença de pobres nas periferias geográficas da região metropolitana, com serviços ainda hoje defasados (especialmente esgoto), apesar das melhorias gradativas. Por sua vez, a forma 3 nos ajuda a compreender outros dois grupos de população rica cuja existência se confirma nos dados de 2000 e 2010: um instalado em áreas que contêm favelas na região sudoeste de São Paulo, com aumento da presença de enclaves verticais – e expansão para outros bairros –, e outro instalado em condomínios a noroeste da metrópole (enclaves horizontais e verticais). A posição espacial mais recente de todos os grupos está demarcada no **Mapa 2** (p.15).

II. O conjunto da metrópole na década de 2000

No quadro de melhora da Região Metropolitana de São Paulo como um todo, expresso na comparação dos dados de 2010 com os de 2000, dois aspectos que são fundamentais para a qualidade de vida da população merecem destaque: as proporções de alfabetizados e a expansão da (ainda deficiente) cobertura de esgoto. Além destas mudanças, são notáveis as quedas na densidade domiciliar (de 3,59 para 3,25) e na proporção de crianças pequenas (9,2% para 6,7% em média) e de adolescentes (25,8% para 21,8%), acompanhadas do aumento na proporção de idosos (de 5,39 para 7%). Também é importante a diminuição, pela metade, da proporção de empregadas domésticas que moram no trabalho: de 0,3% em média para 0,15%.

No entanto, há enormes desigualdades interiormente a este quadro de melhora geral na década. A **Tabela 1** (p.7) contém a distribuição detalhada destas e de outras variáveis nas 633 unidades espaciais de análise. Para facilitar a leitura, a tabela está subdemarcada por categorias de variáveis (serviços, moradores em favelas, características das moradias, alfabetização, renda, grupos etários, densidade domiciliar e empregados domésticos).

O esgoto domiciliar ligado à rede (84,8% em média, em 2010) segue sendo o serviço com cobertura mais precária se comparado à provisão de água em rede (96,8% das moradias, em média) e lixo coletado (99,4%). No entanto, a provisão média

metropolitana de esgoto aumentou 7 pontos percentuais na década. Apesar do aumento importante, quanto observamos o decil inferior (ou seja, as 63 áreas em pior posição nesta distribuição), o esgoto avança de péssimos 36,45% de domicílios atendidos em 2000 para ruins 55,9% em 2010. E somente metade destas 633 regiões paulistanas tem mais de 90% de seus domicílios ligados à rede de esgotos ao fim da década de 2000.

TABELA 1 – Características da RMSP (633 AP), 2000 e 2010 (em %, exceto renda média)

| variável* | média | | | | mínimo | | 10% | | mediana | | 75% | | 90% | | máximo | |
|-------------|-------|--------|------|--------|--------|------|------|------|---------|------|------|------|-------|-------|--------|-------|
| | 2000 | dp | 2010 | dp | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| água | 95 | (12.4) | 96.9 | (8.7) | 1.7 | 16.5 | 86.1 | 93.2 | 99.5 | 99.7 | 99.9 | 99.9 | 99.95 | 99.95 | 100 | 100 |
| esgoto | 77.4 | (24.8) | 84.9 | (19.3) | 0.6 | 3.3 | 36.5 | 55.9 | 86.2 | 91.6 | 95.9 | 97.4 | 99.1 | 99.4 | 99.95 | 99.96 |
| lixo colet | 98 | (4.8) | 99.4 | (1.5) | 58.3 | 85.1 | 94.8 | 98.4 | 99.6 | 99.9 | 99.9 | 99.9 | 99.9 | 100 | 100 | 100 |
| subnormal | 8.3 | (13.7) | 9.8 | (14.3) | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 2.6 | 4.3 | 11.9 | 13.7 | 22.7 | 26.9 | 98.9 | 100 |
| casa** | 81.9 | (22.1) | 78.2 | (24.2) | 1.9 | 2.1 | 50.1 | 40.3 | 90.9 | 88 | 96.6 | 96 | 98.4 | 98.8 | 99.8 | 99.95 |
| apto | 16.5 | (22.2) | 19.2 | (23.9) | 0.0 | 0.0 | 0.3 | 0.3 | 7.2 | 9.2 | 22.3 | 27.8 | 49.3 | 57.1 | 97.1 | 97.2 |
| próprio q | 61.8 | (10) | 62.7 | (8.0) | 9.5 | 15.8 | 50.2 | 53.9 | 63.4 | 63.9 | 67.9 | 67.5 | 71.7 | 70.9 | 83.6 | 81.8 |
| alugado | 18.5 | (7.8) | 21.2 | (6.8) | 2.3 | 5.9 | 9.4 | 13.3 | 18.3 | 20.8 | 22.4 | 24.6 | 27.4 | 28.6 | 53.3 | 50.8 |
| alfabet | 90.8 | (3.9) | 94.7 | (2.3) | 78.8 | 88.1 | 86.1 | 91.6 | 90.6 | 94.5 | 93.9 | 96.6 | 96.1 | 97.9 | 98.8 | 99.2 |
| alfab inf | 57.1 | (8.5) | 74 | (6.3) | 33.2 | 58.8 | 47.5 | 66.2 | 55.7 | 74.0 | 62.3 | 78.6 | 68.9 | 82.5 | 81.0 | 88.5 |
| renda média | 1048 | (942) | 1591 | (1356) | 307 | 591 | 444 | 763 | 696 | 1097 | 1120 | 1636 | 2105 | 3002 | 6981 | 9502 |
| meio s.m. | 0.3 | (0.2) | 1.5 | (1.0) | 0.0 | 0.1 | 0.1 | 0.3 | 0.2 | 1.3 | 0.4 | 2.0 | 0.6 | 2.8 | 1.6 | 6.3 |
| 0 a 4 anos | 9.2 | (2.5) | 6.7 | (1.3) | 3.3 | 2.7 | 5.5 | 4.8 | 9.5 | 6.9 | 11.1 | 7.8 | 12.1 | 8.2 | 15.0 | 9.6 |
| 5 a 18 anos | 25.8 | (4.7) | 21.8 | (4.8) | 11.8 | 8.5 | 18.9 | 14.8 | 27.1 | 22.7 | 29.4 | 25.5 | 30.7 | 27.2 | 34.5 | 31.8 |
| 65 anos + | 5.4 | (3.7) | 7.1 | (3.8) | 1.1 | 1.5 | 2.1 | 3.3 | 3.9 | 5.8 | 7.1 | 9.5 | 11.6 | 13.0 | 18.5 | 18.4 |
| dens dom | 3.6 | (0.3) | 3.3 | (0.3) | 2.1 | 2.0 | 3.2 | 2.8 | 3.7 | 3.3 | 3.8 | 3.5 | 3.9 | 3.6 | 4.1 | 3.8 |
| empreg dom | 0.3 | (0.8) | 0.2 | (0.5) | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.1 | 0.0 | 0.2 | 0.1 | 0.7 | 0.3 | 7.3 | 4.5 |

Elaboração própria a partir dos dados dos Censos IBGE 2000 e 2010 (Fonte: Centro de Estudos da Metrópole)

*O dicionário de variáveis consta no Apêndice A, ao final do texto

**Decréscimos precisam ser relativizados ao fato de *casa* ter sido desmembrada, em 2010, em *casa e casa de vila/condomínio*

Um movimento parecido ocorreu com a alfabetização infantil. Houve aumento substancial na década: em 2010, 74% das crianças de 5 a 9 anos de idade estão alfabetizadas, em média (contra 57,1% em 2000). No entanto, o retrato mais recente

mostra que metade das unidades espaciais estudadas apresenta índice abaixo ou igual à média para a metrópole.

Sobre a renda média do responsável, não é seguro fazer o mesmo tipo de análise (o quanto aumentou/caiu na década), pois há os efeitos do aumento real de salário mínimo, da inflação, das políticas de transferência de renda etc. No entanto, a evidência da desigualdade não desaparece, sendo notável a variedade de valores presentes nas 633 regiões da análise em cada década: a renda discrepa de 307 a 6981 reais em média no computo de 2000, e de 591 a 9502 reais em média em 2010.

Diante do comportamento dos dados expostos na Tabela 1 e de demonstrações de autores como Caldeira (2000), Torres (2005) e Marques (2005b) sobre heterogeneidades na metrópole paulistana, a próxima seção aplica técnicas estatísticas aos dados censitários de 2000 e de 2010 para delimitar grupos sociohabitacionais que diferenciam-se entre si ao mesmo tempo em que apresentam homogeneidade interna.

III. Dois retratos das desigualdades sociohabitacionais: décadas de 90 e 2000

Há diversas formas de compor retratos da metrópole com os dados de que disponho. Como o objetivo do presente artigo é observar a localização de grupos sociohabitacionais, ou seja, poder dizer *onde* fenômenos combinados (*quem+como*) se encontram, adotei duas etapas metodológicas: 1) identificar quem+como; 2) localizar quem+como.

A etapa 1 exigiu uma técnica estatística capaz de *interagir* traços socioeconômicos da população e características das habitações, de modo a identificar tipos homogêneos entre si e codificá-los como grupos. Assim, foram feitas análises de *cluster* em fases.⁴ A etapa 2 tratou de localizar, por meio de SIG (sistema de informação geográfica), os grupos desenhados em 1.

⁴ A análise de *cluster* foi realizada em fases, pois a discrepância no valor da renda média do responsável distorcia a distribuição dos grupos para cima, achatando os mais pobres em um único e enorme *cluster* (cerca de metade das 633 regiões), mesmo mediante a solicitação de tipificação em grande número de grupos (10 ou mais) no pacote estatístico SPSS. Dessa forma, foi necessário solicitar e observar um número alto de tipificações (20), para em seguida re-“clusterizar” grupos de mais alta renda e indicadores semelhantes, e ao mesmo tempo preservar a variedade de grupos em pelo menos dois tipos de condições ruins (semelhantes às médias para a metrópole, e abaixo das médias para a metrópole).

Apesar de a etapa 1 ser única para cada retrato (pois relativiza os grupos entre si), optei pela utilização somente de variáveis-chave presentes nas duas medições do Censo, para construir o “quem+como” dos dois retratos sobre bases idênticas. Dessa forma, as análises de *cluster* tanto para 2000 quanto para 2010 foram feitas reunindo-se as observações das variáveis alfabetização, renda média do responsável, densidade domiciliar e coberturas de água, esgoto e coleta de lixo para cada ano.

Uma vez identificados e codificados os grupos, foram calculados seus indicadores médios em termos das outras variáveis disponíveis, como a presença de crianças pequenas, adolescentes e idosos, as proporções de casas e apartamentos, a proporção de população vivendo em áreas subnormais, entre outras⁵.

Década de 1990

Ao final dos anos 1990, a metrópole tinha pelo menos 11 grupos em termos de características sociohabitacionais, como detalha o **Mapa 1** (p.10).

Sete deles representavam pessoas ricas ou super-ricas (o critério de desempate entre estes dois status foi a renda máxima e a quantidade de empregadas que moravam no trabalho em cada 100 habitantes; ver **Anexo C**). Somados, estes sete grupos reuniam pouco mais de meio milhão de pessoas (565.840), ou 3,2% dos 17.718.900⁶ moradores da metrópole. Estavam concentrados no setor sudoeste do município de São Paulo e em condomínios a noroeste da metrópole, em variados tipos de habitação e entorno, com alta renda e alfabetização e presença notável de empregados domésticos vivendo no trabalho (o máximo valor chegava a impressionantes 7 empregados/100 hab.). Encontravam-se tanto em zonas em que a tríade de serviços água-esgoto-coleta de lixo atendia 99% das moradias e não havia moradores em

⁵ Estas caracterizações envolveram, eventualmente, variáveis não-comparáveis entre os Censos, como o número de banheiros, coletado para o universo em 2000, mas não em 2010; e a cor de pele, coletada para o universo em 2010, mas não em 2000. A adição de variáveis específicas para cada retrato não se configura em problema, já que a comparação feita é intra-grupos em cada cenário: década de 1990 e década de 2000. No entanto, é notável a perda de riqueza, para a análise como um todo, que decorre da ausência de certas variáveis em um ou outro cenário.

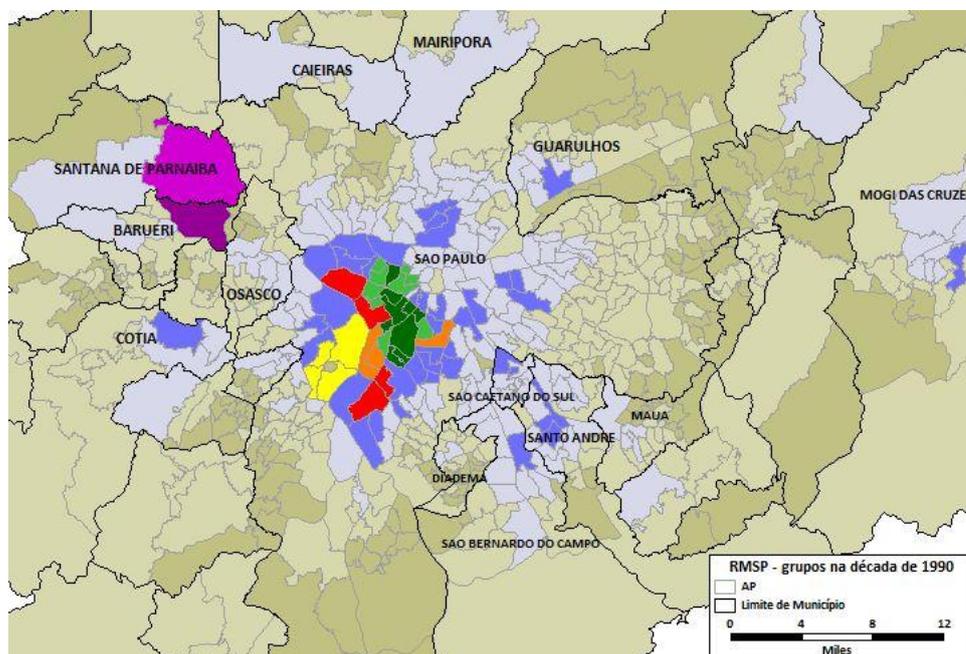
⁶ Total de população computada após o *overlay* em que dados do universo RMSP 2000 originalmente agregados em setores censitários foram transferidos por meio de SIG para a agregação em 633 AP.

favelas (no **Mapa 1**, as áreas pintadas em verdes, vermelho e laranja, e roxo escuro) quanto em regiões com precariedade infraestrutural e presença de grupos pobres (áreas pintadas em amarelo e roxo claro).

Dois tipos representavam classes médias e correspondiam a pouco mais de 5 milhões de habitantes (5.192.897), ou 29,3% dos moradores de São Paulo e região à época. O azul escuro (6% da população da metrópole) reunia classes médias-altas contíguas aos setores ricos a sudoeste e presentes às entradas das Zonas, além de centros de alguns municípios. Viviam em moradias com menos banheiros, menor presença de empregados domésticos e menor renda média do responsável em relação aos ricos, ao mesmo tempo em que disfrutavam ótimas coberturas de serviços. Já as regiões pintadas em azul claro (23,3% da população paulistana) eram espécies de satélites dos grupos azuis escuros, apresentando indicadores inferiores aos destes, mas ainda melhores que os números médios para a RMSP, o que os diferenciava dos dois grupos pobres presentes ao final dos anos 1990.

Pintados em tons de marrons, os pobres estavam divididos entre P (mais claro), cujos indicadores regulavam com as médias (ruins) paulistanas, e PP (marrom mais escuro), que apresentavam dados piores que os da região como um todo. Eles correspondiam, juntos, a 66,2%, ou 2/3 da população da RM. O grupo pobre continha 44% da população total da metrópole, e o muito pobre, 22%. É notável que P não se encontrava somente na periferia geográfica metropolitana, estando presente bem ao centro da cidade, na área correspondente ao distrito da Sé, circundada a nordeste e leste por áreas em situação média-baixa (Brás, Bom Retiro, Pari e Cambuci). As favelas de Paraisópolis, em meio ao grupo amarelo e portanto protagonista da forma 3 de segregação de Caldeira (2000), e a de Heliópolis (na fronteira com São Caetano do Sul) integravam o grupo sociohabitacional PP. Este grupo também estava presente no extremo da Zona Leste e em grande parte do sul da Zona Sul da capital, assim como na maioria do município de Guarulhos, a nordeste da metrópole.

Mapa 1 – Desigualdades sociohabitacionais paulistanas ao fim da década de 1990



| | População | Características principais | % pop |
|--------------|------------|--|--------|
| C1 | 12.160 | Área de condomínio com indicadores de riqueza | 0,07% |
| C2 | 28.187 | Área de condomínio, riqueza e pobreza | 0,15% |
| SRF | 109341 | Super-rico junto de favela | 0,62% |
| SRA | 220.756 | Super-rico em apartamento (homogêneo) | 1,25% |
| RA | 226.663 | Rico em apartamento | 1,28% |
| SRC | 111.287 | Super-rico em casas e apartamentos (homogêneo) | 0,63% |
| RC | 84.109 | Rico em casas e apartamentos | 0,47% |
| CZ | 1.072.429 | Cabeças de Zona e Municípios | 6,05% |
| SM | 4.120.378 | Satélites médio-baixos | 23,25% |
| P | 7.821.531 | Pobres | 44,14% |
| PP | 3.912.059 | Muito pobres | 22,09% |
| Total | 17.718.900 | | 100% |

Os indicadores dos grupos

Ao final da década de 1990, as áreas contendo condomínios ricos a noroeste (roxos), nos municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, diferiam entre si em termos de renda e presença de pobres no entorno. Em C1 a renda média do responsável era a mais alta da metrópole: R\$6981, e 50% dos domicílios reportaram a existência de 4

banheiros ou mais (somente 18% têm um banheiro). 60% dos domicílios eram casas – havia, portanto, apartamentos, ao contrário do observado em Caldeira (2000) sobre as décadas anteriores a respeito desta região. As coberturas de água ligada à rede e lixo coletado estavam na casa dos 99% de domicílios atendidos, e o esgoto estava conectado à rede em 94,5% dos domicílios (bastante acima da média da metrópole, 77,4%). Por fim, em cada 100 habitantes, 3 eram empregados domésticos que viviam no trabalho ao fim da década de 1990. Diferentemente, a área imediatamente a sul, classificada como C2, reunia números que indicavam se tratar de uma região com presença de riqueza e pobreza agudas (não houve registro, na medição de 2000, de população vivendo em favelas). Ao contrário de C1, C2 tinha 98% de casas, sendo que perto de metade das moradias (42%) possuía quatro ou mais banheiros, e a outra metade (43%) tinha somente um banheiro. Os valores para alfabetização (92%) e renda (3984) também subsidiam a hipótese de encontro rico/pobre: a primeira estava “puxada para baixo”, próxima da média para a metrópole (90,8%); e a segunda indicava riqueza, integrando o decil superior da distribuição metropolitana (R\$2108 a R\$6981). Além disso, o esgoto em rede servia somente 39% dos domicílios em C2, e havia menos empregados domésticos moradores (1,5 em cada cem habitantes). C2 parecia ser, portanto, um ambiente de micro-segregação.

O tipo SRF (amarelo) de áreas é o descrito em Caldeira (2000) como forma 3 da segregação paulistana (novamente, micro-segregação). São regiões em que rendas altíssimas (máximas na casa dos R\$6070) e o valor máximo de empregadas domésticas da RMSP (7 em cada cem habitantes) misturavam-se ao final dos anos 90 a indicadores altos em relação à presença de moradores em favelas (22%), e onde as coberturas de serviços não se configuravam como universais (diferentemente dos super-ricos de apartamento mais próximos ao centro). Expressivos 38% dos domicílios tinham somente um banheiro, e, dos restantes 62%, quase metade tinha quatro ou mais banheiros, em situação análoga à encontrada em C2. Trata-se das regiões do Morumbi e da Vila Andrade e de porções imediatamente vizinhas a oeste (distrito da Vila Sonia), que circundam a favela de Paraisópolis (pertencente a PP).

Já os habitantes de SRA e RA (verdes) viviam majoritariamente em apartamentos (entre 80% e 90% das moradias). O que os diferenciava é que os super-ricos tinham mais alta renda (máximas na casa dos R\$5770), mais empregadas

domésticas em média (4 a cada cem habitantes) e mais banheiros em seus domicílios (38% das moradias são equipadas com três banheiros, e 16,5% com quatro banheiros ou mais). De qualquer forma, os dois tipos eram contemplados com trio de coberturas água-esgoto-lixo coletado em 99% das moradias, e não havia habitantes de favela. Os indicadores de alfabetização (geral e infantil) estavam ambos próximos dos valores máximos para a metrópole. Era alta a presença de idosos, e os números de crianças pequenas e adolescentes eram bastante inferiores às médias da RMSP. Geograficamente, RA (Consolação, Perdizes, parte de Pinheiros, parte da Vila Mariana e parte do Itaim Bibi) posicionava-se às beiras do bloco dos dois distritos de tipo SRA: os de apartamentos mais antigos próximos ao centro (distrito do Jardim Paulista) e a cercania do parque do Ibirapuera (distrito de Moema).

Por sua vez, o super-rico pintado de vermelho (SRC) não vivia somente em apartamentos – 50% dos domicílios, em média, eram casas. Novamente, todas as coberturas estavam na casa dos 99%, e havia 4,8 empregadas em cada 100 habitantes. 30% das moradias em média tinham três banheiros, enquanto 25% em média tinham quatro ou mais banheiros. A renda média do responsável era R\$4645, e a distribuição das faixas etárias era semelhante à do grupo anterior. Seu desdobramento em laranja, RC, continha menos casas (40%), menos renda (R\$3615), menos empregadas (2 a cada 100 habitantes) e menos banheiros, mas o mesmo nível de coberturas de serviços.

O primeiro grupo de classe média ainda apresentava serviços de excelência próxima à dos blocos azuis, vermelho e laranja (apenas o esgoto descia para média de 97% de domicílios cobertos). Denominado CZ (cabeças de zona), este tipo englobava bairros de renda média-alta (R\$2477) à entrada das Zonas Norte (Santana), Leste (Tatuapé), Oeste (Lapa e Vila Leopoldina), e Sul (Saúde e, mais a sul, Campo Grande). Reunia também os centros das cidades do ABC (São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo), de Guarulhos, Cotia e Mogi das Cruzes. A proporção entre casas (53%) e apartamentos (46%) era equilibrada, e a densidade domiciliar era alta (3), sendo as habitações mais modestas em média que as dos grupos ricos (41% tinham um banheiro, e 33% tinham dois). O grupo azul claro, espécie de satélite geográfico de seus pares mais escuros e por isso denominado SM (satélites médios), apresentava bem menos apartamentos (somente 25% das

moradias), renda média do responsável bastante menor (R\$1290) e mais moradores de favelas em média (apesar de o indicador ser baixo: 3,9%). A média de domicílios servidos por esgoto em rede descia a 92%, e havia um grande número de moradias com somente um banheiro (66% em média). Seus indicadores de densidade domiciliar (3,6) e grupos etários (7% de crianças, 22% de adolescentes, e 8,2% de idosos), assim como as coberturas de serviços, ainda não encontravam os valores médios para a metrópole, o que indica situação melhor do que 2/3 da população paulistana à época. Um dado importante é que SM era o primeiro grupo na hierarquia sociohabitacional paulistana sem presença de empregados domésticos vivendo na casa dos “patrões” (situação repetida até o grupo PP, como esperado).

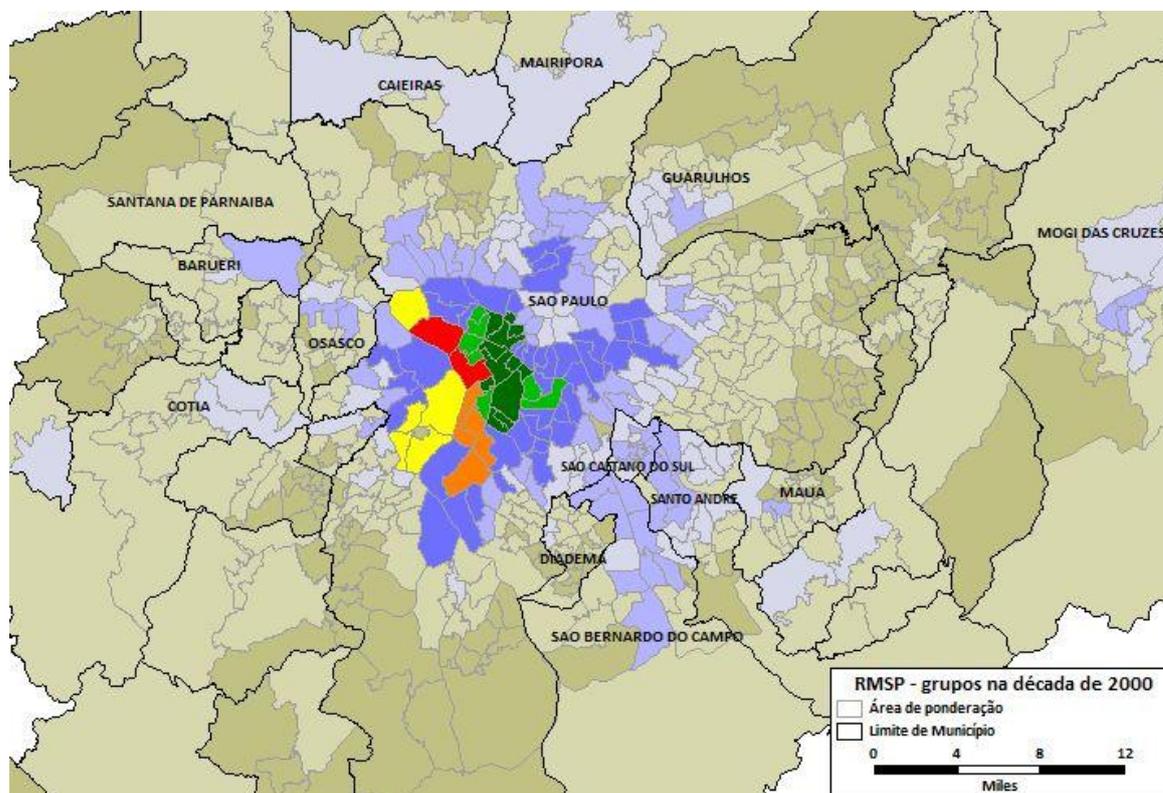
Os grupos P e PP eram os que se encontravam em pior situação em termos da interação de suas características socioeconômicas e habitacionais na metrópole paulistana ao final da década de 1990 e correspondiam a 2/3 da população da RM. O que os distinguia entre si, além da diferença de renda (ambas abaixo da média da região, destaque-se), é que PP apresentava indicadores inferiores às médias para a região metropolitana, enquanto P mantinha-se próximo delas. Ambos apresentavam esmagadora presença de casas (88% em P, e 92% em PP), e os domicílios com um só banheiro eram a regra (80% é a média para ambos). Havia presença de habitantes em favelas (8,6% em P, e 14,4% em média em PP), e os números para alfabetização eram péssimos em PP (86,5% dos maiores de 5 anos; e 48,7% das crianças, em média), assim como as coberturas de serviços: o esgoto marcava somente 58,4% de domicílios servidos em média.

Década de 2000 e seus indicadores

No **Mapa 2** (p.15), relativo ao retrato mais recente da metrópole, estão expressas as mudanças ocorridas na década. À exceção do “desaparecimento” dos grupos C1 e C2 (condomínios a noroeste), as mudanças são expressivas de fenômenos previstos pela literatura sobre as questões sociais e habitacionais de São Paulo. Em nome da fluidez da presente seção, seguimos com a discussão do comportamento dos dez grupos encontrados em 2010, e reservamos ao **Anexo B** a demonstração do problema relativo a C1 e C2, que parece dever-se ao redesenho de setores censitários

pele IBGE para a medição de 2010. É intenção que versões futuras do presente artigo contenham estudos de caso estatísticos daquelas áreas⁷.

Mapa 2 – Desigualdades sociohabitacionais paulistanas ao fim da década de 2000



| | População | Características principais | % pop |
|--------------|------------|---|--------|
| SRF | 195.818 | Super-rico junto de favela | 0,99% |
| SRA | 322.853 | Super-rico em apartamento (homogêneo) | 1,65% |
| RA | 202.413 | Rico em apartamento | 1,03% |
| SRC | 66.010 | Super-rico casa e apartamento (homogêneo) | 0,34% |
| RC | 104.189 | Rico casa e apartamento | 0,53% |
| CZC | 1.341.407 | Cabeças de Zona Contíguas | 6,84% |
| CM | 1.996.261 | Cabeças de Município | 10,2% |
| SM | 2.386.162 | Satélites médio-baixos | 12,16% |
| P | 8.169.905 | Pobres | 41,7% |
| PP | 4.813.496 | Muito pobres | 24,56% |
| Total | 19.598.514 | | 100% |

⁷ Os estudos de caso já estão desenhados, mas ainda não foram empreendidos.

A novidade do grupo SRF é que ao longo da década de 2000 ele incorpora a região da Vila Leopoldina, a oeste do município de São Paulo. A **Tabela 2** mostra a mudança sociohabitacional das áreas de ponderação relativas a este tipo. A Vila Leopoldina cresce expressivamente (população e domicílios), altera-se para predominância de apartamentos, e vê a renda média do responsável mais do que dobrar na década.

Tabela 2 – Mudanças no grupo SRF (amarelo), 2000-2010, RMSP

| AP | favela (%) | | apto (%) | | renda resp (R\$) | | população | | domicílios | |
|---------------|------------|------|----------|------|------------------|------|-----------|--------|------------|-------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Morumbi | 15 | 17 | 48.4 | 53.8 | 6070 | 8195 | 34.044 | 46.706 | 9543 | 15448 |
| V Andrade | 37 | 16.8 | 49.3 | 60.5 | 4105 | 6325 | 27.346 | 44103 | 7997 | 14447 |
| V Andrade I | 16 | 16.5 | 60 | 58.5 | 3764 | 5810 | 20.276 | 32.059 | 6167 | 10972 |
| parte V Sonia | 20 | 22.7 | 44 | 42.6 | 3507 | 4429 | 27.672 | 35.098 | 7904 | 11346 |
| V Leopoldina* | 8.3 | 5.1 | 41.3 | 64.5 | 2577 | 5354 | 25.436 | 37.852 | 7903 | 13589 |

*Não integrava o grupo SRF em 2000 (integrava o CZ)

Como o Censo de 2010 perguntou sobre cor de pele ao universo da população, nesse segundo retrato sabemos que a proporção de habitantes autodeclarados brancos no grupo SRF é de 75% em média, inferior às altíssimas médias de 86% a 90% de população branca nos tipos super-ricos e ricos em áreas em que não há habitantes de favelas.

Em relação ao grupo super-rico de apartamento, ele abocanha o distrito inteiro da Consolação na década de 2000 (antes RA), inflando o bloco que sobe desde Moema até a cercania oeste do centro da cidade. Por sua vez, a Vila Mariana, que em 2000 tinha porções em RC (rico em áreas mistas com casas), passa para RA (ricos em apartamentos). Já os grupos SRC e RC ficam separados pela Avenida Nove de Julho (os super-ricos a oeste, e os ricos a leste). Como é de se esperar, os indicadores socioeconômicos destes grupos não se alteraram na década, permanecendo no topo da distribuição.

Da mesma forma, há mudanças espaciais entre as classes médias – mas estas acompanhadas de alguma mudança socioeconômica e habitacional. O tipo CZ da

década de 90 passa a integrar de forma mais sólida a mancha contígua aos grupos ricos da capital paulista, e por isso recebe a denominação CZC (cabeças de zona contíguas), invertendo a relação entre os tipos de moradia: agora há leve predominância de apartamentos (56% em média) sobre casas (40% em média). Essas alterações fizeram com que, em 2010, os centros dos municípios do ABC, de Guarulhos e de Mogi (e agora Osasco) ficassem reservados a um grupo médio intermediário aos cabeças de zona e satélites, apresentando ótimos indicadores de serviços. Por sua vez, os satélites médios (SM) continuam tendo mais casas (75% em média) e esgoto um pouco abaixo de seus pares azuis (92,5% de domicílios servidos, em média). Eles ainda incluem o anel nordeste imediato à Sé, composto por Brás, Bom Retiro e Pari (tendo o Cambuci integrado as áreas médias-altas).

Já os grupos pobres seguem respondendo por 2/3 da população paulistana ao final da década de 2000, e seus indicadores continuam nos padrões de semelhança às médias metropolitanas (caso de P), e de inferioridade às médias (caso de PP). A exemplo dos ricos e médios, estes grupos também sofrem alterações espaciais, caso do adensamento de regiões muito pobres no extremo da Zona Leste da capital. A informação sobre cor de pele colhida em 2010 nos informa que P e PP são as regiões com maior porcentagem de habitantes da RM autodeclarados pardos (36% e 46% em média, respectivamente). E as rendas do responsável em ambas P e PP estão novamente muito abaixo da média (R\$1075 e R\$769, respectivamente, contra R\$1591 da metrópole).

Considerações finais

A demonstração comparativa empreendida neste artigo permite falar sobre algumas tendências sociohabitacionais paulistanas e também levantar questões que merecem estudos futuros.

Vimos que a forma 3 de segregação intuída por Caldeira (2000) não somente consolidou-se como expandiu-se, estabelecendo um novo representante no bairro da Vila Leopoldina, a oeste da cidade. Estas populações ricas diferem-se dos ricos de apartamentos e casas mais centrais da capital por serem vizinhos de populações pobres (Caldeira, 2000), e em algumas das áreas de ponderação classificadas nesta

situação houve diminuição considerável (ver **Tabela 2**) de moradores de favelas, o que indica substituição populacional.

A propósito, o conjunto das movimentações aqui resumidas afirma o caminho da riqueza paulistana a oeste da metrópole. Infelizmente, a comparação direta dos condomínios na década ficou prejudicada pelo redesenho dos setores censitários, mas o **Anexo B** revela que as altas rendas continuam presentes em enclaves como Alphaville e Tamboré, nos entornos da divisa entre Santana do Parnaíba e Barueri, e também em pontos por todo o setor oeste, incluindo-se Cotia e Vargem Grande Paulista. Como desdobramento futuro, a presente investigação irá detalhar os indicadores destes condomínios de forma a poder avaliar sua evolução na década.

Sobre os ricos de apartamentos, uma questão que falta responder é até que ponto suas habitações – em áreas homogêneas de riqueza – estão em ambientes fechados que garantem evitação do encontro com outros grupos. Uma hipótese é que a parcela destes edifícios construída mais recentemente (anos 80, 90 e 2000) possa ter mais caráter de condomínio fechado do que o parque construído nas décadas de 1960 e 70. Isso geraria uma subdivisão entre ricos de apartamento (em áreas só de ricos) que evitam e que não evitam o espaço público. Um desenho qualitativo de pesquisa daria conta de testar esta hipótese. Mas medidores quantitativos também poderiam oferecer uma aproximação ao problema, como por exemplo a intensidade com que os moradores saem a pé, em transporte público ou de automóvel⁸.

É preciso também compreender a expansão da mancha de classes médias altas contíguas à riqueza paulistana e seu adensamento, com predominância agora de apartamentos. Em especial, o expressivo adensamento deste grupo à entrada da Zona Leste, acompanhado do recrudescimento da pobreza no extremo leste desta zona, pode ser indicativo de uma tendência à micro-segregação na região. O caso do anel imediato à Sé a nordeste (Brás, Bom Retiro e Pari) é de permanência no grupo médio-baixo, o que indica que este setor central consolida-se como uma ilha de condições ruins se comparadas às dos vizinhos melhorados na década.

De forma análoga, as boas combinações de características socioeconômicas e habitacionais em grande parte das cidades do ABC contrastam com a situação

⁸ Supondo-se que a opção pelo automóvel, em comparação com as outras, indique o desejo de evitação. Esta medição pode ser feita utilizando-se dados das pesquisas Origem-Destino do Metrô.

persistente de maus indicadores da vizinha Diadema. Também persistem na pior situação sociohabitacional paulistana o sul da capital e as grandes favelas de Paraisópolis (setor sudoeste) e Heliópolis (próxima ao ABC), regiões em que os indicadores de serviços de infraestrutura como água e esgoto em rede, além de lixo coletado, melhoraram em consonância com a movimentação geral para a metrópole, mas seguem abaixo da média (o esgoto muito abaixo).

A respeito dos serviços e da quase universalidade da água ligada à rede e da coleta de lixo, seria importante relativizar sua qualidade – e a distribuição desta qualidade pela metrópole –, mas essa tarefa não é factível com os dados quantitativos de que disponho. Por outro lado, uma camada analítica que pode ser incorporada à presente análise é a avaliação das variáveis de entorno das moradias, captadas no Censo 2010⁹. Variáveis como ausência de calçadas para pedestres, iluminação pública e arborização, entre outras, poderiam ser interagidas com as características sociohabitacionais que já conhecemos, e novas diferenciações em termos da qualidade habitacional poderiam emergir.

De modo geral, as pontuais – mas expressivas – alterações sociohabitacionais da metrópole paulistana entre 2000 e 2010 apresentam novos desafios ao pensamento (acadêmico e político-administrativo) que pressupõe a clivagem centro-periferia como única presente em São Paulo. Estas alterações evidenciam subclivagens como (a ampla) leste-oeste, (a média) classes médias e seus satélites, e (a micro) super-ricos e favelas.

⁹ Estas variáveis são uma novidade do Censo 2010, e sua qualidade e confiabilidade estão sendo avaliadas no Centro de Estudos da Metrópole.

Anexo A

Dicionário de variáveis (contidas na **Tabela 1** e presentes ao longo do texto)

| variável | descrição |
|-----------------|--|
| água | % de domicílios na área de ponderação (AP) cujo fornecimento de água vem da rede geral |
| esgoto | % de domicílios na AP cujo esgotamento está ligado à rede geral ou pluvial |
| lixo colet | % de domicílios na AP cujo lixo é recolhido por serviço de coleta (caminhão de empresa ou caçamba) |
| subnormal | % de população na AP que habita setores subnormais (favelas) |
| casa | % de domicílios na AP do tipo casa |
| apto | % de domicílios na AP do tipo apartamento |
| próprio q | % de domicílios na AP que são próprios e quitados |
| alugado | % de domicílios na AP que são alugados |
| alfabetização | % da população maior de 5 anos da AP que é alfabetizada |
| alfab inf | % da população entre 5 e 9 anos da AP que é alfabetizada |
| renda média | Média, na AP, da renda média do responsável pelo domicílio |
| meio s.m. | % de responsáveis, na AP, que recebem até meio salário mínimo |
| 0 a 4 anos | % da população na AP que tem idade entre 0 e 4 anos |
| 5 a 18 anos | % da população na AP que tem idade entre 5 e 18 anos |
| 65 anos + | % da população na AP que tem 65 anos ou mais |
| dens dom | Densidade domiciliar |
| empreg dom | % de população na AP que é empregado doméstico morando no local de trabalho |

Anexo B – Mapas da renda média do responsável por setor censitário, noroeste da RMSP

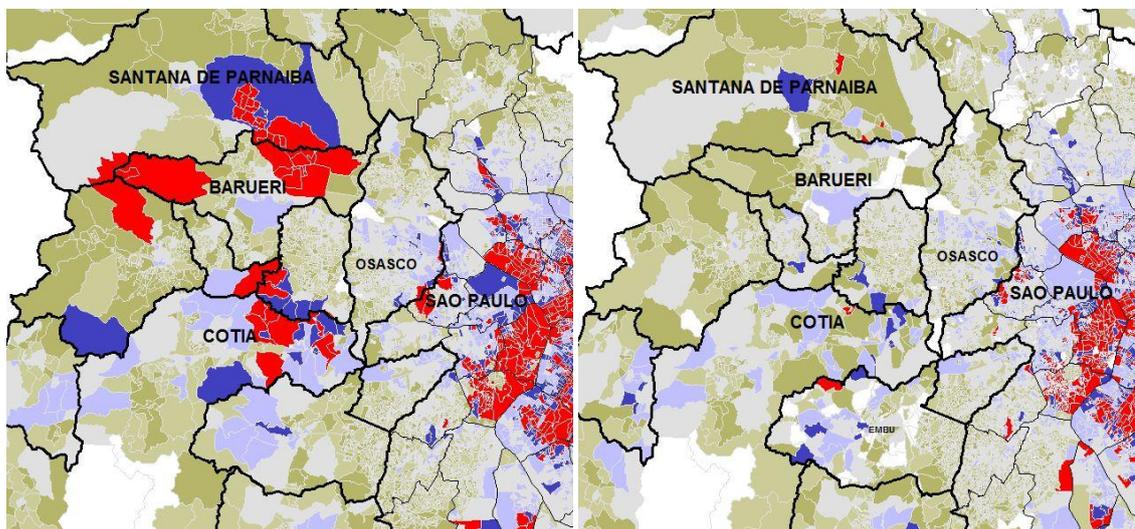
Vermelho: 10% superiores

Azuis: 25%-11% superiores

Marrons: 25% inferiores

2000

2010

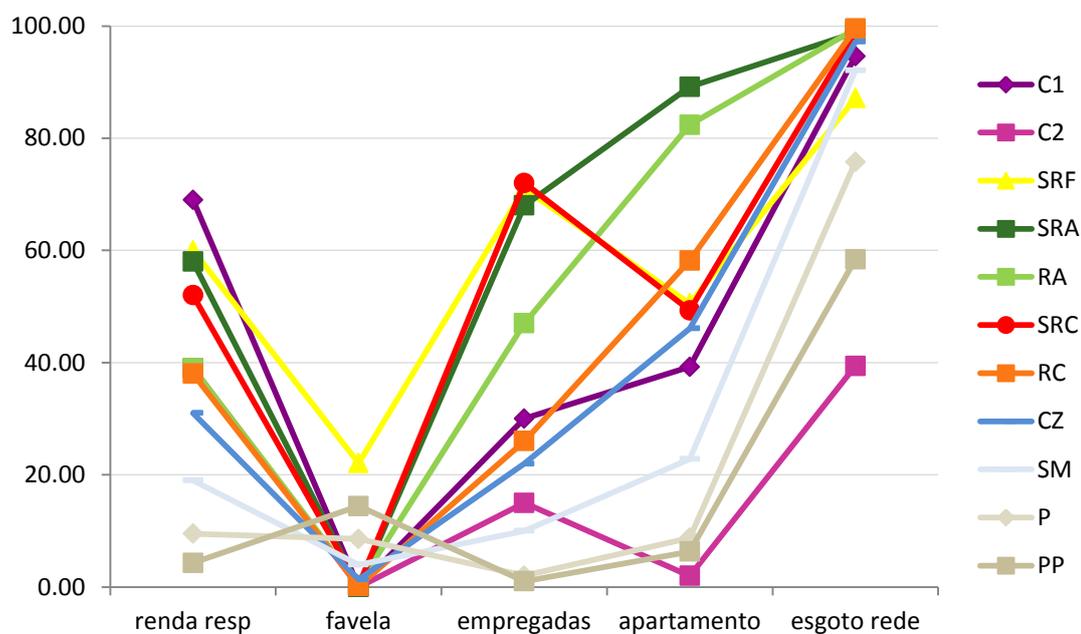


Os mapas da renda média do responsável na região noroeste da metrópole paulistana em 2000 e 2010 revelam que:

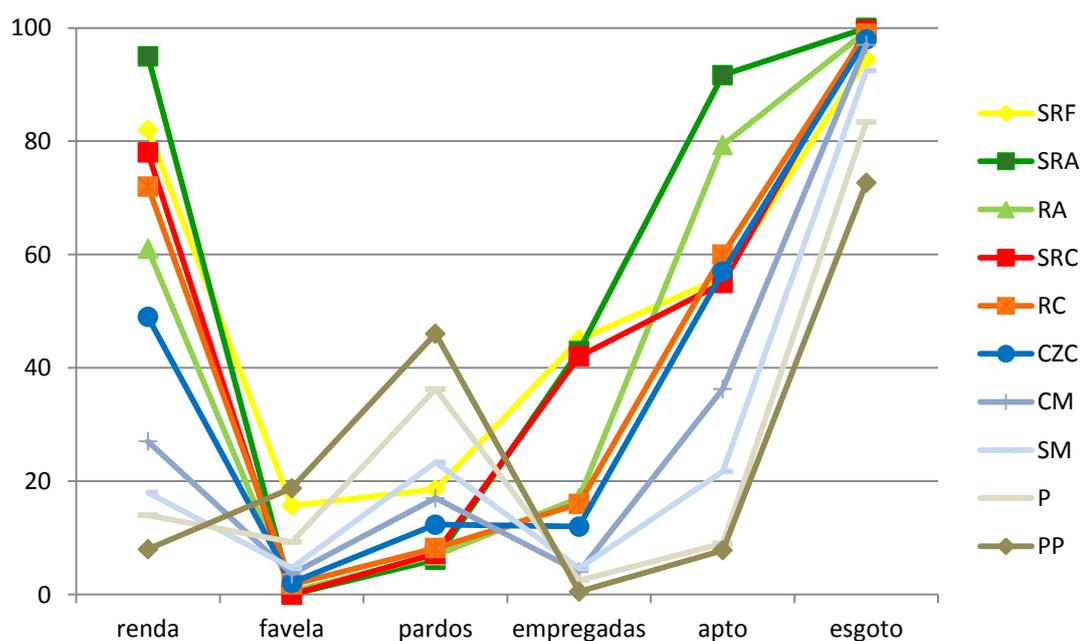
- (a) rendas altas continuam presentes na região em 2010, mas concentradas em novos – e menores – polígonos, correspondentes aos novos setores censitários 2010. Isso evidencia que:
 - (b) grandes áreas em 2000 tingidas densamente em vermelho e azul foram fragmentadas entre áreas de ricos e áreas de pobres. Dessa forma:
 - (c) em nossa agregação para 2000 pode ter havido distorções (para cima), pois altíssimas rendas teriam garantido conotação de riqueza a SCs grandes mas que eram, em realidade, mistas rico-pobre. À parte destas questões, *que podem ser compatibilizadas*, há um problema mais grave:
 - (d) Alguns setores censitários na porção nordeste de Barueri, onde concentram-se variados condomínios das marcas Tamboré e Alphaville, constam como faltantes em 2010 (*missing*, pintados de branco). A princípio, isso significa que os moradores não forneceram a informação, o que é relevante para a presente pesquisa, mas empobrece a capacidade de análise.

Anexo C – Desempate estatístico entre super-ricos e ricos

Grupos de 2000, sendo renda e empregada os valores máximos para todos os grupos



Grupos de 2010, sendo renda e empregada os valores máximos para todos os grupos



Referências bibliográficas

Bonduki, N.; Rolnik, R. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: Maricato, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

Baltrusis, N.; D’Ottaviano, M. C. “Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 135-149, Jan./Abr. 2009.

Caldeira, T.. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

Marques, E. “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: Marques, E. & Torres, H (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005a.

_____. “Espaço e grupos sociais na virada do século XXI”. In: Marques, E. & Torres, H (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005b.

_____; Gonçalves, R.; Saraiva, C. “As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.73, 2005.

_____; Torres, H. “Introdução”. In: Marques, E. & Torres, H (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

Taschner, S. P.; Bógus, L. “A cidade dos anéis: São Paulo”. In: QUEIROZ, L. (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

Torres, H. “A fronteira paulistana”. In: Marques, E. & Torres, H (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

Torres, H.; MARQUES, E. C.; Bichir, R.. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: José Marcos Pinto da Cunha. (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1, p. 231-252.

Villaça, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, Lincoln Institute, Nobel, 2000.